


CONSTRUIR
LA MEMORIA
DE LA CIUDAD:

ESPACIOS,
PODERES E IDENTIDADES (XII-XV)
III. LA CIUDAD Y SU DISCURSO

Coord. Gregoria Cavero Domínguez



CONSTRUIR LA MEMORIA DE LA CIUDAD

ESPACIOS,
PODERES E IDENTIDADES (XII-XV)
III. LA CIUDAD Y SU DISCURSO

Coord. Gregoria Caveró Domínguez



Universidad de León
Instituto de Estudios Medievales



Universidade do Minho



Universidad de Oviedo



Construir la memoria de la ciudad : espacios, poderes e identidades (XII-XV). III, La ciudad y su discurso / coord., Gregoria Cavero Domínguez. – [León] : Universidad de León, Área de Publicaciones, [2017]

440 p. : fot., il., planos. ; 24 cm

Bibliogr. – Textos en castellano, portugués, italiano y frances.

ISBN 978-84-9773-891-0

1. Ciudades medievales-Historia-Congresos. 2. Élite (Ciencias sociales)-Historia-Siglo 12º-13º-Congresos. 3. Geografía urbana-Siglo 12º-13º. I. Cavero Domínguez, Gregoria. II. Universidad de León. Área de Publicaciones.

911.375"11/14"(062.537)

316.344.43"11/14"(062.537)

Construir la memoria de la ciudad: espacios, poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV).
III. La ciudad y su discurso.
Coord. Gregoria Cavero Domínguez

Reservados todos los derechos. Ni la totalidad ni parte de esta publicación pueden reproducirse, registrarse o transmitirse, por un sistema de recuperación de información, en ninguna forma ni por ningún medio, sea electrónico, mecánico, fotoquímico, magnético o electroóptico, por fotocopia, grabación o cualquier otro, sin permiso previo por escrito de los titulares del copyright.

Ministerio de Economía y competitividad. España. Proyecto de Investigación HAR 2013-46388-R

Los trabajos de la presente publicación han sido sometidos a una doble revisión anónima (Peer Review) por parte del siguiente Comité Científico Internacional: Luis Miguel Duarte (Universidade de Porto), Paulo Charruadas (Université Libre de Bruxelles), Denis Menjot (Université de Lyon), Juan Francisco Jiménez Alcázar (Universidad de Murcia), José Sánchez Herrero ((Universidad de Sevilla), Heraclio Bonilla (Universidad Nacional de Colombia, sede Bogotá), Marina Gazzini (Università di Parma), Gerardo Fabián Rodríguez (Universidad Nacional de Mar del Plata (CONICET) y Anna Esposito (Sapienza, Università di Roma).

© Universidad de León
Área de Publicaciones

© Los Autores

Edita: UNIVERSIDAD DE LEÓN. Área de Publicaciones
Maquetación y diseño digitales: Juan L. Hernansanz Rubio.

ISBN: 978-84-9773-891-0

Depósito legal: LE-232-2017

Imprime: KADMOS (Salamanca).

Impreso en España / Printed in Spain

Imagen de cubierta: Paço arqueiscopal. Braga (Portugal).

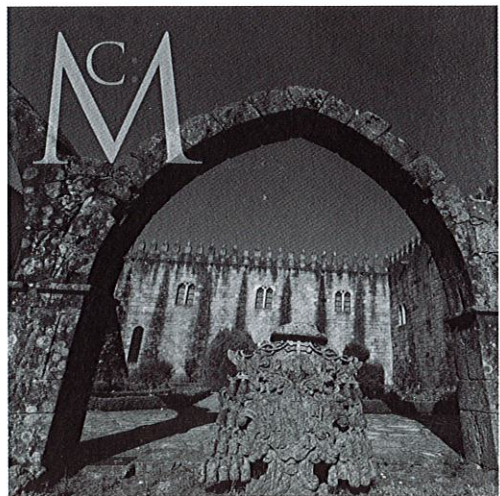
Índice

Presentación.....	7
1. María do Carmo Ribeiro: <i>A (re) construção da paisagemurbana medieval de Braga: arquiteturas, espaços, e memoria</i>	9
2. António Pereira: <i>Elementos estruturantes em "conflito" na paisagem urbana medieval: o caso de Barcelos (Portugal)</i>	41
3. Luis Miguel Duarte: <i>Un livre pour faire la guerre: le « Livro Grande » de Porto (1442-1453)</i>	71
4. Gabriella Piccinni: <i>Il buon governo di Ambrogio Lorenzetti. Un racconto medievale. Anticipazioni PER un libro da scrivere</i>	95
5. Fabio Gabbrielli: <i>La città del Buon Governo tra immaginario e realtà</i>	137
6. Isabella Gagliardi: <i>Alcuni ospedali toscani tra rete viaria e santuari in epoca medievale e moderna: Lucca, Montenero, Pistoia, Pescia e Monsummano</i>	171
7. Silvia Pérez y José María Miura: <i>La construcción ideológica de Sevilla por el primer representante de la historiografía sevillana, Luis de Peraza</i>	199
8. Álvaro Solano: <i>La fundación urbana en el discurso regio. Una imagen desde las villas nuevas de la Cornisa Cantábrica.</i>	235
9. Raquel Martínez Peñín: <i>El patrimonio civil y religioso del León Medieval a través de los datos arqueológicos</i>	305
10. Encarnación Martín: <i>Religiosidad e identidad urbana en la ciudad de León a partir de 1230</i>	349

A (RE) CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA MEDIEVAL DE BRAGA: ARQUITETURAS, ESPAÇOS, E MEMÓRIA

Maria do Carmo Ribeiro

Universidade do Minho (Portugal)



A (RE) CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA MEDIEVAL DE BRAGA: ARQUITETURAS, ESPAÇOS, E MEMÓRIA¹

Introdução

A cidade medieval tem sido objeto de estudos bastante variados beneficiando, sobretudo nas últimas décadas, da crescente valorização das arquiteturas e espaços que dela sobreviveram e integram os centros urbanos contemporâneos.

Na realidade, as cidades históricas atuais são, em muitos casos, o resultado de um longo período de transformações urbanas e construtivas, herdadas em larga medida da época medieval, que acabaram por se perpetuar, nomeadamente edifícios, ruas, largos ou praças, alguns dos quais se encontram dissimulados, integrados na construção atual ou no interior dos quarteirões por edificar.

A crescente preocupação com a descaracterização dos centros urbanos, encetada em muitos casos a partir do século XIX, em con-

¹ Este trabalho tem o apoio financeiro do Projeto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 e da FCT através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito dos novos acordos de parceria PT2020 e COMPETE 2020 - POCI-01-0145-FEDER-007528.

sequência do aumento da construção imobiliária, da densificação do tecido urbano e da alteração das tramas viárias, originou a promulgação de vários documentos internacionais que incidem na salvaguarda dos centros históricos e do seu edificado, recomendando, entre outros aspetos, o seu estudo científico².

Em 1986, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promulga inclusivamente um documento específico para a salvaguarda das cidades, conhecido como Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, em 1986, ratificada pelo *International Council of Monuments and Sites* (ICOMOS), em 1987, em Washington.

Apesar de se tratar de uma das múltiplas recomendações relativas à preservação do património cultural, com origem na Carta de Atenas (1932), à qual se seguiram outras, nomeadamente a Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios (Veneza, 1964) e a Recomendação de Nairobi (1976), a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas ratifica a cidade ou os bairros históricos como parte integrante da memória da Humanidade, classificando-a como documento histórico, que exprime os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais³.

Em consequência, e paralelamente às classificações de Património Mundial da UNESCO de vários centros históricos, assiste-se ao aumento de estudos sobre as cidades e os seus centros históricos.

Nesse sentido, tem sido dada particular atenção à recuperação

² MARTINS, M. e RIBEIRO, M. Carmo (2009/2010). "A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades". *Forum*, 44-45, Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 149-177: <http://hdl.handle.net/1822/13351>.

³ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartasobresalvaguardacidadeshistoricas1987.pdf>

ou reconstituição das paisagens urbanas medievais, enquanto realidade física a partir da qual é possível analisar a sociedade que a construiu e que dela usufruiu, mas também recuperar a memória e a identidade da cidade, bem como dos seus habitantes.

Todavia, o estudo da morfologia e do edificado das formas urbanas passadas, constitui-se um objeto de análise complexo, muitas vezes apenas concretizado de forma parcial, pressupondo o cruzamento de diferentes fontes, metodologias multidisciplinares, bem como a utilização das novas tecnologias de informação⁴.

Pretende-se, com este trabalho, contribuir para o estudo da identidade da cidade medieval, a partir do estudo da paisagem urbana de Braga, nomeadamente da articulação da sua realidade física (espaços e arquiteturas) com os aspetos sociais e ideológicos subjacentes à sua materialização.

A recuperação da memória da cidade medieval beneficia-se, deste modo, da reconstituição da morfologia e arquitetura do seu edificado, enquanto realidades físicas resultantes da materialização no espaço de padrões sociais e ideológicos, e da sua interpretação contextualizada à luz das especificidades das sociedades urbanas medievais⁵.

Na realidade, trata-se de compreender o discurso da cidade medieval, através da (re) construção da paisagem, nomeadamente da forma urbana e dos principais monumentos que continuam a deixar

⁴ RIBEIRO, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Tese de Doutoramento em Arqueologia, Área do conhecimento em Arqueologia da Paisagem e do Povoamento. Universidade do Minho, 2 volumes, <http://hdl.handle.net/1822/8113>.

⁵ RIBEIRO, M. C. e MELO, A. S. (2012). "A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval". *Medievalista* [Em linha], Nº 12 (Julho - Dezembro de 2012), http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12\melo_ribeiro1207.html

ecos da sua memória, integrando o centro histórico da cidade atual, constituindo uma parte significativo do seu património.

Nesse sentido, começaremos por analisar como tem sido possível reconstruir o tecido urbano medieval de Braga, tendo em conta as fontes disponíveis, analisando posteriormente os principais elementos morfológicos e construções que o totalizam, nomeadamente os que integram a cidade atual (muralhas e castelo, o paço arquiépiscopal, a catedral, e alguns espaços de circulação).

Paisagem urbana medieval de Braga

Fontes e metodologia

Para a recuperação da paisagem urbana de Braga contribuíram um conjunto diversificado de fontes onde se destacam as iconográficas e cartográficas, que desde o século XVI permitem obter uma imagem de como a cidade medieval se encontraria organizada. Trata-se de fontes posteriores à época medieval, mas que através de uma metodologia de análise regressiva, onde é possível subtrair os elementos inseridos nos períodos posteriores, nomeadamente na Idade Moderna e Contemporânea, constituem um contributo imprescindível. Nelas incluem-se igualmente pinturas, azulejos ou fotografias dos inícios do século XX.

Na realidade, a área ocupada pela cidade medieval de Braga, circunscrita em larga medida às muralhas construídas no final do século XIV, conhece as suas grandes alterações no final do século XIX, encontrando-se as pontuais transformações ocorridas na Idade Moderna bem identificadas. Esta circunstância tem permitido uma apro-

ximação à topografia medieval, através da subtração das alterações Modernas, à cartografia do século XIX⁶.

De igual modo, o núcleo medieval tem a sua génese no quadrante noroeste da cidade romana, ao qual se encontra confinado até ao século XIV, e a partir do qual evoluiu, constituindo atualmente o sector urbano com mais características morfológicas medievais, designado mesmo como o *medieval Bairro das Travessas*. Nesse sentido, os dados arqueológicos recuperados no âmbito do *Projeto de Salvamento de Bracara Augusta* têm permitido não só caracterizar a morfologia urbana da cidade romana no alto império, mas também analisar algumas das transformações urbanas ocorridas, nomeadamente neste sector, até à atualidade⁷.

Igualmente importante para o estudo da paisagem urbana medieval de Braga é o edificado histórico sobrevivente, nomeadamente os vestígios do paço arquiépiscopal, do castelo ou da catedral, assim como as marcas físicas que se conservaram até aos dias de hoje, de forma mais ou menos fossilizada, pertencentes designadamente ao sistema defensivo quatrocentista e aos espaços de circulação. A análise destes componentes urbanos requer necessariamente a utilização dos dados provenientes das fontes documentais, através das quais é possível analisar o contexto social e ideológico em que surgiram e que acompanhou as transformações ocorridas ao longo da Idade Média.

Assim, em termos metodológicos, a reconstrução da paisagem

⁶ RIBEIRO, M. C. (2009/2010). "A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Síntese de resultados". *Forum*, nº 44-45, Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 179-201: <http://hdl.handle.net/1822/13437>.

⁷ MARTINS, M. e RIBEIRO, M. C. (2013). "Em torno da Rua Verde: A evolução urbana de Braga na longa duração". In RIBEIRO, M. C e MELO, A. S. (Coord.) *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*. Braga: Ed. CITCEM/IEM, pp. 183-221: <http://hdl.handle.net/1822/23983>

urbana de Braga tem beneficiado da análise cruzada dos diferentes tipos de fontes disponíveis e, em muitos casos, de uma metodologia de análise regressiva⁸.

Sistema defensivo

A muralha baixo-medieval de Braga constitui o resultado do reforço e alargamento do sistema defensivo alto-medieval ocorrido em finais do século XIV, passando a incluir uma área maior, que duplica particamente a anterior.

Na realidade, os relatos do Cronista Fernão Lopes sobre a invasão de Braga pelas tropas castelhanas, lideradas por Henrique de Trastâmara, entre 1369 - 1371, que durante 6 dias permaneceram na cidade, descrevem o sistema defensivo alto-medieval como ineficaz. Esta circunstância terá levado o monarca português D. Fernando (1367-1383) a impulsionar a construção de uma muralha mais robusta, vulgarmente designada de muralha fernandina, por volta dos anos de 1378, segundo alguns autores⁹.

Apesar de Braga se tratar de um couto eclesiástico, outorgado aos arcebispos em 1112, ainda antes da consolidação de Portugal como reino independente, a intervenção régia em assuntos de defesa não assume um carácter nem excepcional nem extraordinário. Na realidade, D. Fernando, à semelhança de outros monarcas que o antecederam, nomeadamente D. Dinis (1279-1325), teve um papel ativo em questões de defesa, nomeadamente no melhoramento da proteção dos aglomerados onde o crescimento havia sido mais assinalável, reforçando al-

⁸ RIBEIRO, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano, ...*; MARTINS, M. e RIBEIRO, M. C. (2013). "Em torno da Rua Verde: A evolução urbana de Braga na longa duração" ..., pp. 1831-221.

⁹ MARQUES, J. (1986). "O Castelo de Braga (1350-1450)". *Mínia*, Nº. 8, Braga: p. 11.

guns sistemas defensivos, que permaneceram, em muitos casos, como as últimas fortificações de tipo medieval. A título de exemplo podemos mencionar o caso das muralhas fernandinas das cidades do Porto, Lisboa ou Évora¹⁰.

De igual modo, ao longo da Idade Média, a tensão existente entre os monarcas e os arcebispos, senhores de Braga, foi por diversas vezes bastante acesa, colocando em causa a jurisdição dos arcebispos na cidade e nos seus coutos. De facto, no reinado de D. Fernando, quando se alargam e reforçam as muralhas, os desentendimentos com o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente (1374 - 1397), assumiram proporções graves, levando mesmo à confiscação dos bens do arcebispo e da mitra, assim como à ocupação militar da cidade pelo rei e ao refúgio de D. Lourenço, em Roma. O problema só seria efetivamente ultrapassado nos finais de 1382, ano em que o monarca restitui a D. Lourenço a jurisdição sobre Braga¹¹.

Importa, igualmente, referir que as obras na muralha de Braga terão tido continuidade ao longo dos séculos XIV e XV, constituindo uma preocupação para os arcebispos, os senhores de Braga desde o século XII, mas também para os monarcas¹².

Todavia, a partir de finais do século XVI, a julgar pela icnografia de 1594, a função defensiva das muralhas já se encontraria comprometida, verificando-se a existência de muitas casas adoçadas ao seu

¹⁰ RIBEIRO, M. C. e MELO, A. S. (2013). "O papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos (Séculos XIII-XVII)". In RIBEIRO, M. C. e MELO, A. S. (Coord.). *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos, Braga*: Ed. CITCEM/ IEM: 183-222: <http://hdl.handle.net/1822/23984>

¹¹ ANTUNES, J. A., OLIVEIRA, A. R. e MONTEIRO, J. G. (1984) "Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão", *Revista de História das Ideias*, 6, Coimbra, 1984, pp. 135-137; COELHO, M. H. C. (2003). "Bispos e reis: convergências e oposições". *Lusitania Sacra*, 2ª série, 15, pp. 282-283.

¹² MARQUES, J. (1986). "O Castelo de Braga (1350-1450)" ..., pp. 10-15.

muro, sobretudo pelo lado exterior. Contudo, até aos finais do século XIX podemos admitir que na sua generalidade o sistema defensivo ainda se encontraria visível. Serão, sobretudo, as alterações urbanas, nomeadamente a abertura de grandes artérias, mas também o estado de ruína em que se encontravam alguns dos seus tramos, que levaram ao seu desmonte¹³.

A reconstituição do sistema defensivo medieval dos séculos XIV e XV beneficiou do cruzamento de diferentes fontes, nomeadamente da primeira representação iconográfica existente para a cidade, de 1594, mas em larga medida de um trabalho minucioso de levantamento rigoroso das marcas físicas e materiais que sobreviveram integrada na cidade¹⁴ (Figura 1).

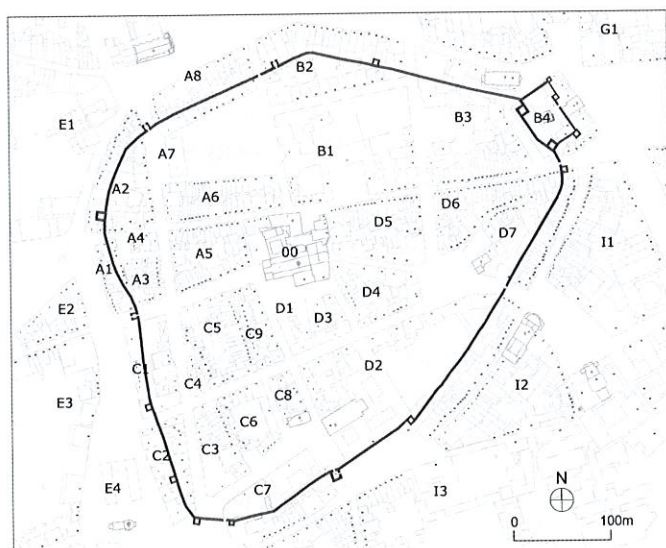


Figura 1- Quarteirões prospectados no cento histórico de Braga

¹³ RIBEIRO, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, vol. 1, pp. 325-411.

¹⁴ RIBEIRO, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, vol. 1, pp. 357-358.

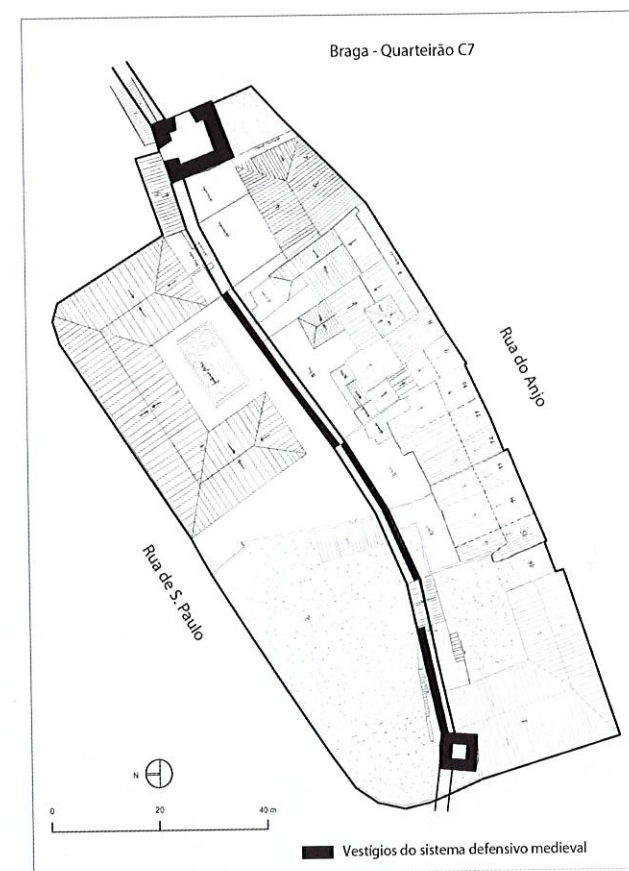


Figura 2 - Vestígios do sistema defensivo medieval

Estes trabalhos exigiram a prospeção em diferentes locais da cidade, nomeadamente no interior dos quarteirões e das habitações que se situavam na área sugerida pela icnografia quinhentista. Entre os vários vestígios destacam-se alguns paramentos do muro que definia a face externa da muralha, atualmente utilizado como parede de suporte das habitações, mas também da face externa da muralha, visíveis ainda no interior dos quarteirões (Figura 2). A reutilização dos muros que formariam a muralha medieval até à atualidade encontra-se comprovada, igualmente, como parede divisória das propriedades

urbanas, por exemplo como a cerca do Seminário de Santiago (Figura 3). De igual modo, também alguns dos grandes torreões que integrariam o sistema defensivo são ainda visíveis, nomeadamente 4 deles: o de Santiago, o do Largo Paulo Orósio, o da Escola Velha da Sé e o dos Biscainhos. Trata-se de torreões de planta quadrangular, alguns dos quais permitiam a entrada na cidade, funcionando, deste modo, como porta, como é o caso do de Santiago¹⁵.



Figura 3 - Cerca do Seminário de Santiago

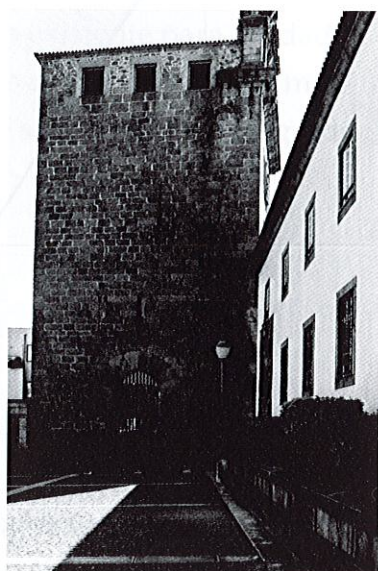


Figura 4 - Torre de Santiago

As evidências recuperadas dos muros que definiam o perímetro do sistema defensivo fernandino permitiram propor a reconstituição de uma muralha com configuração quase circular, ou subcircular, centrada na catedral, com um perímetro de cerca de 1500 metros, rodeando uma área urbana de cerca de 15ha¹⁶.

¹⁵ RIBEIRO, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, vol. 1, pp. 358-410.

¹⁶ RIBEIRO, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, vol. 2, pp. 256-270.

De igual modo, de acordo com a informação referida nas fontes documentais, na iconografia histórica e nos vestígios sobreviventes, o sistema defensivo medieval de Braga teria possuído 9 grandes torres, mais 2 pequenos torreões, 3 postigos e 5 portas, 3 das quais se encontravam integradas em torres. As restantes seriam abertas na própria muralha, muito embora algumas guarnecidas por torres¹⁷ (Figura 4).

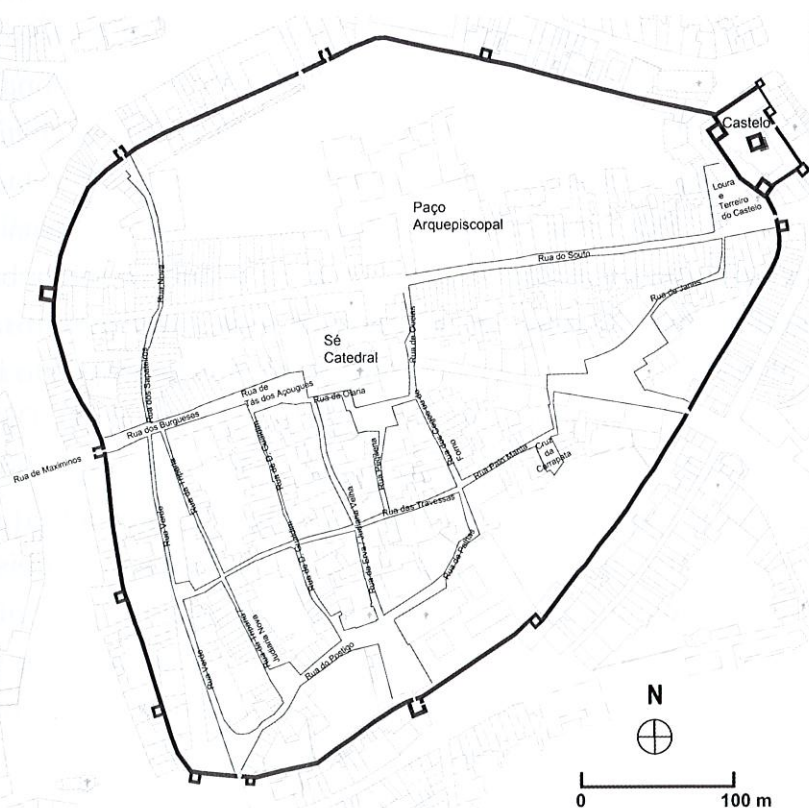


Figura 5 - Plano urbano medieval de Braga

¹⁷ RIBEIRO, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, vol. 1, pp. 341-3422.

O castelo medieval

O Castelo situava-se numa zona plana da cidade, com cota máxima de 193 metros de altitude¹⁸, possuindo, todavia, uma boa perspectiva sobre o território envolvente, sobretudo para norte, nordeste e sudeste.

As primeiras referências documentais permitem atestar que 1315 o castelo já existia, desconhecendo-se, todavia, a data do início da sua construção. A julgar pelo brasão existente na atual torre de menagem, terá sido uma obra régia, mandada construir pelo monarca D. Dinis (1279-1325). O castelo de Braga surge igualmente nas *crónicas* que registam as grandes reformas nos castelos portugueses encetadas no reinado de D. Dinis, durante o qual se assiste a uma reforma intensiva das construções fortificadas, um pouco por todo o reino, bem como a significativas alterações na arquitetura militar, que permitiram a difusão plena do castelo gótico em Portugal¹⁹. A este propósito importa igualmente referir que os anos centrais do reinado de D. Dinis, entre 1292 e 1319, foram marcados pela ascensão aos cargos diocesanos de clérigos muito próximos ao monarca, como aconteceu em Braga. Assim aconteceu com D. Martinho Pires da Oliveira arcebispo Braga (1292-1313), com pesar da discórdia existente entre D. Dinis e os prelados bracarenses, assinalando o início de um período de nomeação de arcebispos que gozaram da cumplicidade e da proteção do poder real, como aconteceu com os seus sucessores D. João Martins de Soalhães (1313-1325) e D. Gonçalo Pereira (1326-1348)²⁰. Entende-se,

¹⁸ De acordo com os dados da planta topográfica de 1883-85.

¹⁹ BARROCA, M. (1998). "D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa". *Revista da Faculdade de Letras: História*, 15, pp. 801-822, <http://hdl.handle.net/10216/7748>

²⁰ VILAR, H. V. (2001). "O episcopado do tempo de D. Dinis. Trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)". *Arquipélago. História*, 2ª série, V, pp. 581-604.

neste contexto, que a construção do castelo de Braga, apesar de se tratar de um senhorio eclesiástico tenha sido obra do monarca.

O crescimento urbano para norte e nordeste encetado a partir do século XIII, onde se localizavam importantes propriedades do cabido, terá influenciado a sua localização, não se conhecendo até ao momento de nenhuma anterior estrutura castelar. Sabe-se, contudo, que se trata de uma construção relativamente contemporânea do novo Paço Arquiepiscopal, erigido na parte norte da urb (Figura) que analisaremos mais à frente. Ambas as construções se encontravam localizadas numa área urbana não incluída na muralha alto medieval.

Com grande probabilidade, a crise sentida aquando da invasão de Braga pelas tropas de Castela, nos finais do século XIV, já referida anteriormente, terá ditado o reforço da sua estrutura castelar, tornando-a uma construção mais robusta, que pode ter incluído o reforço ou aumento do número de torreões.

De igual modo, e à semelhança do que se passou com a muralha, as obras do castelo ter-se-ão arrastado pelo século XIV e XV, como atestam os documentos escritos. Sabemos, igualmente, que, em 1380, as obras no castelo, de incitativa eclesiástica, estiveram a cargo de três mestres de arquitetura militar, de nome João Mouro, Pero Senascais e João Pedreiro²¹.

Todavia, a partir do século XVI e até ao século XIX, altura em que foi demolida grande parte do castelo, registam-se várias transformações relacionadas com a revigoração da zona exterior ao castelo e com a sua constituição como zona preferencial de entrada na cidade. Assim, nos inícios do século XVI, o arcebispo D. Diogo de Sousa

²¹ MARQUES, J. (1986). "O Castelo de Braga (1350-1450)" ..., p. 12.

manda fazer na parte ocidental uma estrabaria e um alpendre com colunas para pousarem de graça os almocreves²². Por sua vez, nos finais do século XVI, é construída uma alfândega, anexa à frontaria do Castelo, pelo arcebispo Frei Agostinho de Jesus. Igualmente, no século XVIII, D. Rodrigo de Moura Telles mandou edificar na parte nascente do conjunto os arcos dos alpendres, sendo erguido um novo aljube (1718)²³, na parte norte. Na realidade, no século XVIII, fruto dos sucessivos acrescentos e embelezamento, a área do Castelo transforma-se num dos espaços mais emblemáticos da Braga Barroca.

Contudo, a solução para o estado de ruína e abandono em que nos finais do século XIX se encontrava o castelo passou pelo derrube da generalidade dos elementos visíveis, tendo apenas sobrevivido a torre de menagem, que, em 1910, cinco anos após o referido derrube, é classificada como Monumento Nacional²⁴.

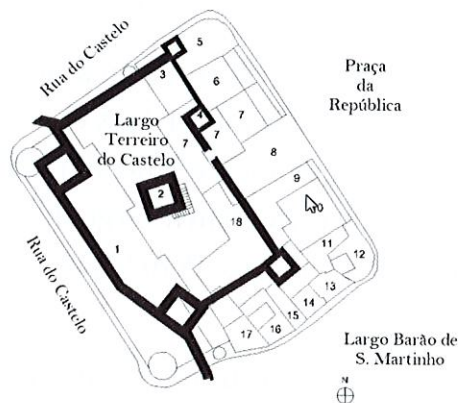


Figura 6 - Planta do castelo medieval de Braga



Figura 7 - Vista área atual da zona do castelo

²² A.D.B., *Registo geral*, liv. 330, fl. 331v; MAURÍCIO, R. (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532)*. Lisboa: Magno Edições, vol. II, pp. 299.

²³ BANDEIRA, M. S. M. (2000). *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, p. 147.

²⁴ Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910.

Porém, atualmente é ainda possível identificar, integrados nas construções do quarteirão correspondente à área ocupada pelo castelo medieval, alguns dos vestígios e elementos arquitetónicos que o integraram, bem como das sucessivas alterações que conheceu até ao século XIX. Deste conjunto fazem parte a imponente torre de menagem, uma outra torre, utilizada atualmente como torre sineira da Igreja da Nossa Senhora da Lapa assim como a porta do castelo, localizada a Este, e, de forma mais ou menos dissimulada, tramos do muro perimetral²⁵.

Para a reconstituição da planta do castelo medieval foi igualmente importante o cruzamento das fontes iconográficas e cartográficas com o edificado sobrevivente. Tratava-se de uma estrutura com planta retangular, definida por uma muralha, reforçada nos seus quatro cantos por torres de planta quadrangular. O número máximo de torres parece ter sido seis, estando quatro colocadas nos cantos do recinto fortificado, a torre sineira situado ao lado da porta e a torre de menagem implantada aproximadamente no centro do recinto (Figura 5 e 6). Esta última, de planta quadrangular, com cerca de 30 metros de altura, dividida internamente em três pisos, conserva ainda o seu aspeto gótico, com ameias e matacões nos vértices, uma janela geminada no cimo, constituindo a memória mais visível e emblemática do castelo medieval.

O paço arquiépiscopal

O paço arquiépiscopal, conjuntamente com a catedral, pela sua envergadura e conservação, mas também pelo seu carácter simbólico, constituem os monumentos mais representativos da cidade medieval

²⁵ RIBEIRO, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, vol. 1, pp. 337-344.

que integram o centro histórico atual. Porém, a quantidade de obras de melhoramento e embelezamento que conheceram durante a Idade Média e até à atualidade, assim como a escassez de documentação escrita tornam difícil a interpretação cronológica das fases construtivas destes complexos arquitetónicos.

No caso do paço arquiépiscopal em análise, importa destacar, desde logo, que constitui a segunda residência dos arcebispos conhecida na cidade, localizando-se a primeira junto à catedral, desconhecendo-se, todavia, até ao momento muitos dos pormenores acerca da sua arquitetura²⁶.

De igual modo, o complexo arquitetónico existente atualmente é composto por três corpos que genericamente podem ser atribuídos a três grandes momentos cronológicos, designadamente aos períodos medieval, moderno e barroco. A norte, desenvolve-se o corpo medieval, a sul, o corpo moderno e, a oeste, o corpo barroco ou paço de D. José de Bragança (Figura 7).

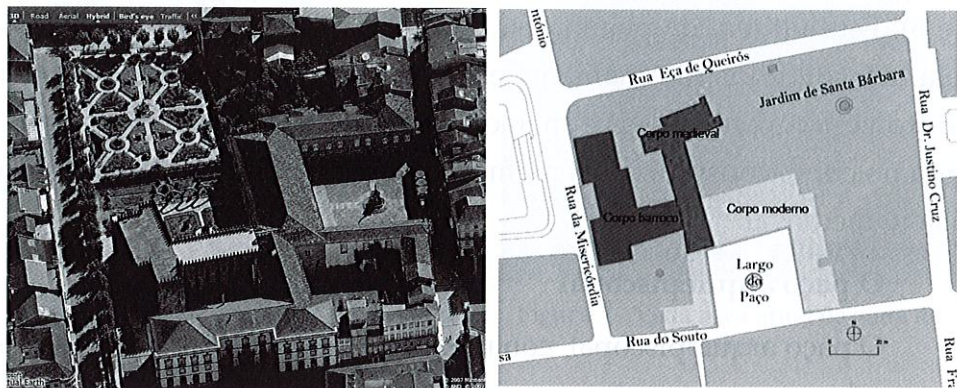


Figura 8 - Paço Arquiepiscopal de Braga atualmente

²⁶ MARTINS, S. R. S. O. (2013). *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d'Os homrrados cidadaaos e Regedores*. Tese de mestrado. Universidade do Minho, pp. 38-42.

A construção do paço arquiépiscopal, nos inícios do século XIV, terá sido uma iniciativa do arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348), de acordo com o brasão do referido arcebispo encontrado na ala medieval. Sabe-se, igualmente, que em 1328 já se encontrariam construído, mantendo-se no entanto em funcionamento o “paço uelho de Nosso Senhor o Arçebispo”, onde era costume na altura se realizarem as reuniões do Concelho²⁷.

A edificação do novo paço foi feita em terrenos pertencentes aos arcebispos, que se estendiam por uma vasta área a norte da cidade, que apenas passam a ser incluídos dentro da muralha fernandina nos finais do século XIV.

Os registos acerca da sua primeira forma, mandada construir pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira, são muito escassos, muito embora, a julgar pela personalidade do arcebispo e pelas construções semelhantes da época, bem como pela representação iconográfica do século XVI e pelo edificado conservado, seja possível admitir que se assemelharia à *casa senhorial fortificada* dominante na região do Entre Douro e Minho, pelo menos desde meados do século XIII, constituída por uma torre de planta quadrangular, inspirada nas torres de menagem dos castelos, com anexos retangulares²⁸.

Importa, igualmente, lembrar que D. Dinis encetou uma política de controlo sobre a construção das residências senhoriais fortificadas, proibindo mesmo em alguns casos a sua construção tendo em vista, nomeadamente, travar a ascensão social da nobreza, sendo o primeiro monarca a emanar as primeiras cartas régias autorizando a

²⁷ MARTINS, S. R. S. O. (2013). *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV ...* p. 38.

²⁸ BARROCA, M. J. (1989). “Em Torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares”. *Separata da Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, p. 28.

construção de casas fortes em Portugal²⁹.

Todavia, importa lembrar que D. Gonçalo Pereira beneficiou de uma grande proximidade com o poder régio, nomeadamente com o rei D. Dinis, ainda antes da sua nomeação como arcebispo de Braga, e posteriormente com o seu filho, D. Afonso IV, já durante o seu arcebispado, monarca que apoiou nomeadamente em situações de conflito, como na Batalha do Salado. Porém, a relação entre D. Afonso IV e D. Gonçalo Pereira foi, por vezes, bastante tensa, colocando em questão a jurisdição eclesiástica, documentada como um dos períodos mais acessos da história do senhorio de Braga. Logo nos anos iniciais do governo D. Gonçalo Pereira e também no seu decurso, o arcebispo teve de se debater com D. Afonso IV, fortemente interessado em controlar a amplitude dos poderes episcopais, que competia e se confrontava com o exercício da autoridade régia³⁰.

Neste sentido, e à semelhança da casa senhorial fortificada, o paço dos arcebispos de Braga deveria permitir cumprir as preocupações com a segurança, mas ser também uma forma de afirmar o prestígio e o poder dos seus senhores, funções que se coadunam com o carácter de D. Gonçalo Pereira. Na realidade, os vários estudos realizados acerca de D. Gonçalo Pereira permitem considera-lo como um homem influente, conjugando as missões régias com os encargos papais, que ascende ao topo da hierarquia eclesiástica, detentor de uma assinalável riqueza, mas também preocupado com a preservação da

sua memória³¹.

Assim, podemos admitir que a primeira composição arquitetónica da casa dos arcebispos era composta por uma torre quadrangular, em pedra, dividida internamente em rés-do-chão, 1º e 2º piso. Anexa a esta torre, existiriam outras construções retangulares (Figura 9).

Os vestígios sobreviventes permitem atestar que se trata de um paço com um aguçado carácter defensivo/militar, que, entre outras razões, se pode justificar pela circunstância da cerca fernandina ainda não estar construída, mas também pela necessidade dos senhores de Braga precisarem de uma residência que os pudesse defender e evidenciasse o seu poder na cidade.

Na realidade, o corpo medieval existente atualmente é composto por um edifício que parece desenhar um T, muito embora com o traço que corta a haste prolongado para o lado ocidental. A haste constitui a ala maior, correndo no sentido norte-sul, correspondente ao atual salão medieval, e o traço, no sentido este /oeste, parece resultar da junção de vários blocos em forma de torre. Todo o paço medieval se encontra coroado por ameias (Figura 8).

Na realidade, sabemos que as obras no paço medieval tiveram continuidade com os arcebispos que se seguiram a D. Gonçalo Pereira, nomeadamente com D. Martinho Pires da Charneca (1398 - 1416), que, em 1398, solicita pedra para as obras do paço arquiiepiscopal e do castelo³² e com D. Fernando da Guerra (1417 - 1467).

²⁹ BARROCA, M. (1998). "D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa" ... 807-808.

³⁰ VILAR, H. V. (2010). "No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de trezentos". *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª S. 22, pp. 149-165

³¹ COELHO, M. H. C. (1990). "O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir". In *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, II/1, Braga, Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, pp. 389-462; SOUSA, B. V. S. (2005). *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores.

³² MARQUES, J. (1986). "O Castelo de Braga (1350-1450)" ..., p. 12.

Todavía, as obras realizadas no paço melhor documentadas foram realizadas no século XV, por D. Fernando da Guerra que, entre 1422 e 1436, mandara construir umas câmaras e significativos acréscimos, dos quais se destaca uma torre afeta ao corpo dos paços³³.

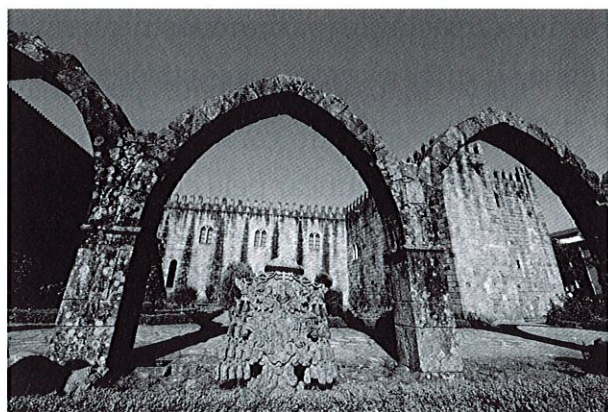
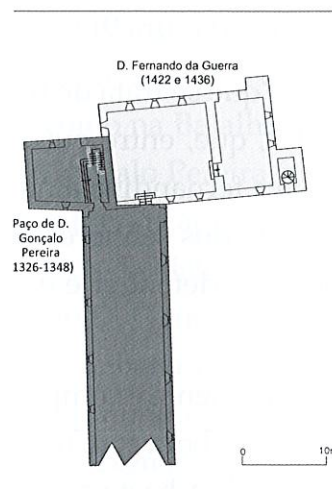


Figura 9 - Planta interpretativa do paço medieval

Porém, naquele que podemos considerar o 2º momento de grandes obras documentadas no paço, a cargo de D. Fernando da Guerra, que governou entre 1417-1467, assiste-se à primeira passagem efetiva da jurisdição de Braga e do seu termo para as mãos do rei, neste caso D. João I. Assim, em 1402, dá-se a primeira incorporação na jurisdição régia que durará até em 1472, quando novamente a cidade e o seu termo são restituídos à posse dos arcebispos, com D. Afonso V. Desde modo, D. Fernando da Guerra foi o único prelado bracarense que desde a instituição do Couto em 1112 até à sua integração definitiva na Coroa em 1790, não se pode intitular senhor de Braga. Durante este

³³ A.D.B., *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, fls. 72; MARQUES, J. (1980). "D. Fernando da guerra e o abastecimento de água à cidade no segundo quartel do século XV". *Mínia*, 2ª série, 3(4), pp. 132.

período, a realização de obras públicas na cidade e seu termo passaram para a competência do poder real e municipal. Todavia, o arcebispo, o cabido e as demais instituições eclesiásticas prosseguiram na posse dos seus bens e os lavradores e mesteirais do couto obrigados à prestação de determinados serviços ao prelado³⁴.

Assim se entendem as obras realizadas no paço de arquiépiscopal por D. Fernando da Guerra, que aumentam a capacidade do paço de D. Gonçalo Pereira, acrescentou-lhe uma torre e novas câmaras, conferindo-lhe a estrutura que, grosso modo, corresponde ao corpo medieval atual.

Nos séculos seguintes o paço arquiépiscopal irá conhecer novas ampliações, nomeadamente a criação do corpo a sul, com a intervenção de vários arcebispos nos séculos XVI e XVII (D. Diogo de Sousa, D. Manuel de Sousa (1544-1549), D. Frei Agostinho de Jesus e D. Rodrigo da Cunha (1627-1635), destacando-se no século XVIII a criação do corpo barroco, pelo arcebispo D. José de Bragança (1741-1756).

Todavia, dos paços episcopais medievais portugueses, o paço arquiépiscopal de Braga, apesar das profundas alterações e restauros realizados sobretudo no século XX, é o único que ainda conserva uma ala medieval³⁵.

A catedral

A catedral de Santa Maria de Braga, ou Sé de Braga, constitui a construção mais antiga e emblemática da cidade medieval, classificada como Monumento Nacional em 1910, à semelhança da torre de

³⁴ MARQUES, J. (1980). "D. Fernando da guerra e o abastecimento de água à cidade , ... 128-130.

³⁵ SILVA, J. C. V. (2002) *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

menagem do castelo de Braga³⁶.

Na realidade, o processo de crescimento e urbanização da cidade encontra-se intimamente relacionado com a edificação da catedral. A sua construção terá sido iniciada após a restauração da diocese de Braga, pelo bispo D. Pedro (1071-1091), tendo sido sagrada em 1089. Desde então, irá constituir o centro vital em torno do qual se estruturará o pequeno e acanhado burgo alto-medieval, constituindo-se, simultaneamente, como um dos monumentos com maior riqueza histórica e arquitetónica, sendo o único edifício público que sobreviveu da primeira fase urbanística da cidade medieval, apesar de ter sofrido um longo processo de transformação.

A catedral teria conhecido um projeto inicial de envergadura europeia, com três naves, transepto saliente, cabeceira e deambulatório, à semelhança dos grandes santuários de peregrinação europeus daquele tempo, como o de Santiago de Compostela, segundo alguns investigadores³⁷. Para outros autores, tratar-se-ia de uma edificação bem mais modesta³⁸.

Os elementos que fariam parte do projeto inicial da catedral são atualmente escassos. Deles destacam-se, a capela de S. Geraldo (1096-1118), muito remodelada, os restos da porta da fachada principal e o átrio contíguo, a designada "porta do sol", localizada na fachada sul, o absidiolo do lado norte da cabeceira, junto à capela de S. Geraldo, atualmente localizado no exterior da Igreja, os pilares e arcos torais

³⁶ Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910.

³⁷ REAL, M. L. (1990) "O projecto da Catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português". In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Vol. 1, Braga, pp. 455.

³⁸ ALMEIDA, C. A. F. (1978). *Arquitetura Românica de Entre Douro e Minho*, Tese de Doutoramento (policopiada), Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 201.

das naves, bem como elementos de decoração exterior, entre os quais algumas cachorradas que suportam as cornijas³⁹.

Com efeito, a construção da catedral conheceu, desde o seu projeto inicial, várias acrescentos e remodelações, encabeçadas por distintos arcebispos e pelo Cabido que, sucessivamente, promoveram obras de enriquecimento da catedral, nela procurando deixar testemunhos do seu governo. A catedral terá sido igualmente afetada por algumas destruições, como as realizadas a mando de D. Teresa, em 1109-1110, ou as demolições provocadas por um terramoto, em 1135, que terão destruído as torres da fachada da Sé, mandadas restaurar posteriormente por D. Afonso Henriques⁴⁰.

Com a definição do perímetro da muralha fernandina, a catedral passa a ocupar um lugar central no plano urbano, em concordância com o papel de relevância que os arcebispos e o cabido tiveram ao longo de toda a Idade Média na história da cidade (Figura 5).

A comprová-lo encontramos a própria complexidade arquitetónica e estilista que apresenta atualmente, reflexo das inúmeras intervenções levadas a cabo pelos sucessivos senhores de Braga.

Durante o século XIV a catedral conhecerá algumas alterações com implicações na conformação do conjunto catedralício nomeadamente a construção da capela e da torre de Nossa Senhora da Glória, mandadas erguer pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira, entre os anos de 1332 e 1334, as quais definiram os limites máximos do edifício, a norte,

³⁹ REAL, M. L. (1990) "O projecto da Catedral de Braga, nos finais do século XI, ..., pp. 435-511

⁴⁰ COSTA, A. J. (1997). *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. Vol. I, 2ª edição, Braga: Edição Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, pp. 320-323.

sobrepondo-se aos vestígios da antiga muralha romana⁴¹.



Figura 11 - Planta atual da catedral de Braga

Relembremos apenas que D. Gonçalo Pereira foi igualmente o responsável pela construção do paço medieval, localizado nas imediações a norte da catedral, cuja torre se assemelha à manda construir por ele na catedral.

Ao longo dos séculos seguintes sucedem-se inúmeras obras de ampliação e embelezamento, designadamente a construção da Capela dos Reis, gótica, mandada construir pelo arcebispo D. Lourenço Vicente (1374-1397) e onde se encontram os túmulos do conde D. Henrique e, sua esposa, D. Teresa de Leão.

Igualmente, na fachada principal, o arcebispo D. Jorge da Costa

⁴¹ FONTES, L., LEMOS, F. S. e CRUZ, M. (1997-98). "“Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar". *Cadernos de Arqueologia*, Vol. 14/15, série II, pp. 137-164.



Figura 12 - Fachada principal da catedral de Braga

(1486-1501) terá mandado construir a galilé tardo-gótica, que será posteriormente restaurada por D. Diogo de Sousa (1505-1532). Do século XVI data também a Capela de Nossa Senhora da Piedade, fundada por D. Diogo de Sousa, em 1513, para seu próprio sepulcro, localizada na parte setentrional da catedral. Adjacente à referida capela, no lado norte, será também construída a Igreja da Misericórdia, que se anexará à parede limite da Catedral.

Nos séculos XVII e XVIII a catedral conhecerá novos acrescentos no lado sul, com a construção de uma nova e imponente sacristia, em 1668, desenhada pelo arquiteto régio João Antunes e mandada executada pelo arcebispo D. João de Sousa (1696-1703), que passará a dominar a fachada sul da Sé⁴².

As diversas ampliações da Catedral tiveram consequências na morfologia urbana, designadamente nos espaços e ruas que a circundavam, como por exemplo o desaparecimento da Rua de Trás dos Açougues, junto à entrada principal da Sé e, em sua consequência, o aparecimento da Praça do Pão⁴³.

Mas a catedral, enquanto elemento central do espaço urbano funcionou igualmente como fator aglutinador do sistema viário medieval, originando igualmente a realização de atividades económicas nas suas imediações, nomeadamente comerciais⁴⁴.

Apesar das sucessivas alterações efetuadas na catedral, nomeadamente posteriormente à Idade Média, importa destacar no âmbito

⁴² ROCHA, M. J. M. (2010-2012). "Arquitetura Religiosa Barroca em Braga". *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, vol. IX-XI, pp. 331-373.

⁴³ RIBEIRO, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, vol. 1, pp. 389-393.

⁴⁴ RIBEIRO, M. C. e MELO, A. S. (2012). "A influência das actividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa". In RIBEIRO, M. C. e MELO, A. S. (Coord.) *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*, Ed. CITCEM, pp. 145-171: <http://hdl.handle.net/1822/19500>.

da nossa análise o carácter simbólico, de memória e identidade para a história medieval de Braga, assim como para a história da nacionalidade.

Espaços de circulação

A reconstituição do sistema viário medieval de Braga, elaborado a partir do cruzamento das fontes iconográficas e cartográficas e da documentação escrita, permitiu-nos perceber que era maioritariamente constituído por pequenas artérias, localizadas sobretudo no quadrante sudoeste da cidade amuralhada, precisamente na área ocupada desde o período romano. Este conjunto de artérias conformava um conjunto de travessas, que se cruzavam perpendicularmente sobre um eixo que corria oeste/oeste, conformado o que ficou conhecido como “medieval bairro das travessas”, que se encontra bem ilustrado no Mapa do século XVI⁴⁵.

Tratava-se de sistema viário na generalidade muito pouco hierarquizado, possuindo as ruas quase todas a mesma largura. Algumas destas artérias receberam, pelo menos desde finais do século XIV, o nome de atividades mesterais, como a rua da Sapataria, a rua da Triparia ou a rua dos Açougues, junto à catedral. Outras permitem extrair informações acerca do tipo de habitantes, designadas de rua dos Burgueses ou rua Nova da Judiaria, onde os judeus passaram a residir desde 1466 e onde tinham a sinagoga, atualmente parcialmente conservada⁴⁶. As alterações urbanas registadas sobretudo a partir dos finais do século XIX irão originar uma profunda remodelação nos espaços de circulação, ditando igualmente o desaparecimento do parcelamento medieval. Todavia, um número ainda que limitado de ruas,

⁴⁵ RIBEIRO, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, vol. 1, pp. 411-481.

⁴⁶ RIBEIRO, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, vol. 1, pp. 429-433.

nomeadamente a rua D. Gualdim Pais, a única que conserva o nome medieval, ou a atual rua de Santo António das Travessas, medieval rua da Triparia e posteriormente rua Nova da Judiaria, sobrevieram até à atualidade, conservando a sua fisionomia medieval.

A construção comum existente nas ruas medievais, salvo raras exceções, seria constituída maioritariamente por casas de pequenas dimensões e raramente tinham mais de um piso ou sobrado, predominando as casas térreas e pardieiros, almuinhas (hortas) e exidos o que daria à cidade um ar ruralizado⁴⁷. Gradualmente, terão passado a casas sobradadas, aumentando a sua altura, bem como o número de aberturas, nomeadamente novas janelas. Algumas casas com loja no rés-do-chão e habitações nos sobrados superiores, ainda que de forma alterada, encontram-se representadas nas representações iconográficas do século XVIII. Esta tipologia habitacional preserva-se, ainda que muito pontualmente, em algumas ruas atuais de génese medieval, como no que resta da rua da sapataria, integrada na rua Frei Caetano Brandão⁴⁸.

Segundo os dados demográficos apresentados por José Marques a cidade de Braga teria 1745 habitantes no ano de 1477 e 3575 habitantes no ano de 1514. O início da recuperação demográfica remonta, pelo menos duas décadas ou três antes de 1477⁴⁹. Estes números demográficos permitem perceber a carência populacional, por um lado, e a reduzida área urbanizada dentro do perímetro amuralhado, por outro.

A justificar esta situação parece estar a crise de convivência

⁴⁷ RIBEIRO, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, vol. 1, pp. 522.

⁴⁸ RIBEIRO, M. C. e MELO, A. S. (2012). “A influência das actividades económicas, ...pp. 151-154.

⁴⁹ MARQUES, J. M. (1983). *Braga Medieval*. Braga (s/n), p. 53.

existente na cidade gerada por vários fatores que, para além da depressão económica, residem nas más relações existentes entre as principais forças sociais e instituições existentes na cidade, nomeadamente o arcebispo, o cabido, a câmara, os lavradores e artífices do couto, os moradores da cidade, os mercadores estrangeiros, a clerezia e os judeus, bem testemunhadas para o período da vigência quatrocentista régia (1402-1472)⁵⁰, mas também como já referido no governo de arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348).

A relação entre os judeus e cristãos também era generalizadamente tensa, a julgar pela quantidade de desentendimentos, que inclusivamente chegaram por algumas vezes a necessitar da intervenção régia como foi o caso, em Lisboa, em 1449⁵¹.

Breves considerações finais

Procuramos ao longo deste trabalho contribuir para a preservação e valorização da memória da cidade medieval de Braga através do estudo de algumas das suas características urbanas, nomeadamente daquelas que de forma mais ou menos evidente se encontram preservados no tecido urbano da cidade atual.

Na realidade, a cidade medieval cristã caracterizava-se por um conjunto de construções e espaços característicos, que podem hoje ser reconhecidos pelos dados recuperados através da utilização cruzada das fontes escritas, iconográficas e cartográficas, mas também do estudo das cidades atuais, nomeadamente dos vestígios materiais e das marcas físicas que se preservaram.

⁵⁰ MARQUES, J. M. (1983). Braga Medieval. Braga (s/n), p. 53; MARTINS, S. R. S. O. (2013). O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d'Os homrrados cidadaaos e Regedores. Tese de mestrado. Universidade do Minho.

⁵¹ MARQUES, J. M. (1983). A contenda do Cabido com os judeus de Braga na segunda metade do século XV. "Altitude", Guarda, 2ª série, ano III, 7/8, pp. 129-154.

Mas a reconstrução da paisagem urbana tem necessariamente de ser interpretada à luz dos padrões sociais e ideológicos que lhe deram vida.

Em termos gerais a cidade medieval de Braga não se afastaria do quadro geral da grande parte das cidades medievais, apresentando uma modesta área urbanizada onde sobressaem poucos, mas grandes complexos arquitetónicos. Este conjunto obedece a uma lógica construtiva onde a defesa e a imponência são critérios de organização do espaço. Na realidade, para além das funções primárias que lhe eram inerentes, as grandes construções, nomeadamente as muralhas, o castelo, o paço arquiépiscopal e a catedral, responderam a propósitos ideológicos, políticos e económicos inerentes à própria cidade, mas também à conjuntura política nacional. Nas cidades episcopais medievais, como no caso de Braga, apesar da proximidade de alguns arcebispos com o poder régio, a amplitude dos poderes eclesiásticos nem sempre foi uma questão bem aceite pelos monarcas, que por diversas vezes os sentiram como concorrentes ao seu poder.

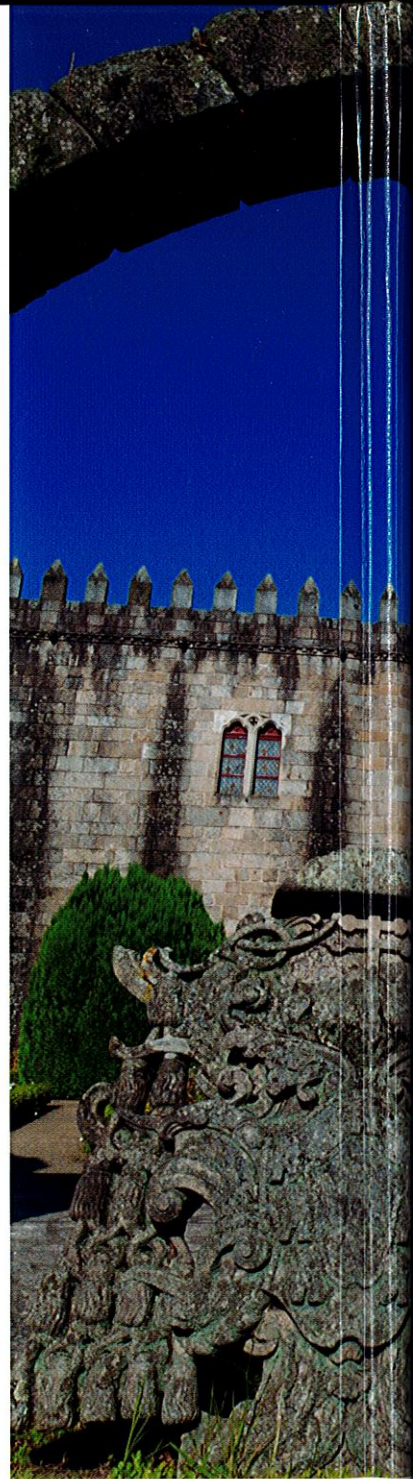
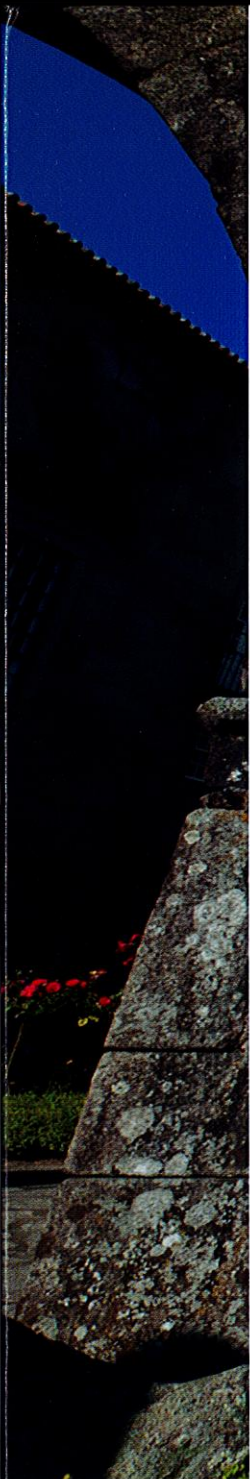
Na realidade, a paisagem urbana medieval deve ser igualmente analisada enquanto reflexo da convivência entre as diferentes forças políticas, sociais e instituições existentes nas cidades, todavia, quase sempre sob o governo dos arcebispos.

Importa, de igual modo destacar que a paisagem urbana medieval influenciou de forma acentuada a morfologia da cidade atual, nomeadamente do seu centro histórico, integrando e assimilado de forma consecutiva as sucessivas alterações.

Todavia, e da mesma forma, a paisagem urbana atual preserva ainda a memória e a identidade da cidade medieval, em alguns aspe-

tos morfológicos do seu plano, mas sobretudo nos espaços e arquiteturas que de forma mais persistente se conservaram.

MC:M



Universidad de León
Instituto de Estudios Medievales



Universidade do Minho



Universidad de Oviedo



ISBN 978-84-9773-891-0



9 788497 738910